LUAR BR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S/A - CNPJ (MF) – 29.112.417/0001-28

	Antes da Cisão	Cisão Algar S.A	Cisão Algar Tecnologia	Após da Cisão
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	19.669	-	-	19.669
Contas a receber	65.884	(1.602)	-	64.282
Provisão para devedores duvidosos	(1.602)	1.602	-	-
Impostos a recuperar	14.319	-	-	14.319
Adiantamentos a funcionários	1.234	-	(235)	999
Custos e despesas antecipadas	3.725	2.433	(194)	1.486
Outros ativos circulantes	4.918	-	-	4.918
	108.147	**2.433**	**41**	**105.673**
Não circulante				
Impostos a recuperar	14.463	-	-	14.463
Custos e despesas antecipadas	361	-	(267)	94
Investimentos	227.263	(196.053)	-	31.210
Imobilizado	9.252	(1.735)	(4.418)	3.099
Intangível	125.358	-	(16.576)	108.782
Direito de Uso - CPC 06	3.300	-	-	3.300
Outros ativos não circulantes	4.659	-	-	4.659
	384.656	**(197.788)**	**(21.261)**	**165.607**
Total do Ativo	**492.803**	**(200.221)**	**(21.302)**	**271.280**

	Antes da Cisão	Cisão Algar S.A	Cisão Algar Tecnologia	Após da Cisão
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	43.317	(43.317)	-	-
Fornecedores	9.225	-	-	9.225
Obrigações fiscais	5.028	-	(112)	4.916
Obrigações trabalhistas	32.958	-	(3.478)	29.480
Outros passivos circulantes	3.876	-	-	3.876
	94.404	**(43.317)**	**(3.590)**	**47.497**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	30.000	(30.000)	-	-
Obrigações fiscais	22.196	228	(945)	21.479
Provisão para contingências	10.486	-	-	10.486
Outros ativos não circulantes	5.033	-	-	5.033
	67.715	**(29.772)**	**(945)**	**36.998**
Patrimonio líquido				
Capital social	293.039	(127.132)	(16.767)	149.140
AFAC	39.500	-	-	39.500
Ajuste avaliação patrimonial	6.852	-	-	6.852
Prejuízos acumulados	(8.707)	-	-	(8.707)
	330.684	**(127.132)**	**(16.767)**	**186.785**
Total do Passivo e Patrimonio Líquido	**492.803**	**(200.221)**	**(21.302)**	**271.280**

d) Cisão parcial da controlada indireta Algar Tecnologia - Em 05 de abril de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da controlada indireta Algar Tecnologia, tendo a parcela cindida vertida para a Algar S.A.. Conforme laudo de avaliação na data base de 28 de fevereiro de 2024, seguem os valores de ativos e passivos:

	Antes da Cisão	Cisão Algar S.A	Após da Cisão
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	48.402	-	48.402
Contas a receber	77.227	-	77.227
Estoques	384	-	384
Impostos a recuperar	7.357	-	7.357
Adiantamentos a funcionários	1.362	-	1.362
Custos e despesas antecipadas	6.003	-	6.003
Outros ativos circulantes	3.683	-	3.683
	144.418	**-**	**144.418**
Não circulante			
Impostos a recuperar	51.366	-	51.366
Depósitos judiciais	15.530	-	15.530
Imobilizado	112.649	(68.216)	44.433
Intangível	39.924	(595)	39.329
Direito de Uso - CPC 06	1.921	-	1.921
Outros ativos não circulantes	657	-	657
	222.047	(68.811)	153.236
Total do Ativo	**366.465**	**(68.811)**	**297.654**

	Antes da Cisão	Cisão Algar S.A	Após da Cisão
Circulante			
Debentures	22.234	-	22.234
Fornecedores	25.421	-	25.421
Obrigações fiscais	4.214	-	4.214
Obrigações trabalhistas	42.509	-	42.509
Outros passivos circulantes	10.621	-	10.621
	104.999	**-**	**104.999**
Não circulante			
Obrigações fiscais	20.804	(11.057)	9.747
Provisão para contingências	21.715	-	21.715
Outros ativos não circulantes	6.127	-	6.127
	48.646	**(11.057)**	**37.589**
Patrimônio líquido			
Capital social	194.661	(49.749)	144.912
Reserva legal	6.703	-	6.703
Ajuste avaliação patrimonial	8.005	(8.005)	-
Reserva de lucros	3.451	-	3.451
	212.820	(57.754)	155.066
Total do passivo e Patrimônio líquido	**366.465**	**(68.811)**	**297.654**

e) Venda da torre de Serviços Gerenciados de TI (Managed Services Provider - MSP) - Em 18 de março de 2024, a controlada Algar S.A. Empreendimentos e Participações, controladora direta da Algar TI, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, contendo exclusivamente a "torre de negócios" de Serviços Gerenciados de TI (*Managed Services Provider - MSP*) dessa controlada, e suas subsidiárias localizadas na Argentina, Colômbia e México, com a Positivo Smart Tecnologia Ltda., subsidiária da Positivo Tecnologia S.A.. O preço de venda, sujeito a ajustes previstos em contrato, é de R$ 235.000, dos quais R$ 190.000 serão pagos na data de fechamento da transação. O valor remanescente de R$ 45.000 será pago doze meses após a data de fechamento da aquisição, condicionado ao atingimento de determinadas metas financeiras e operacionais. A conclusão da aquisição está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais a esse tipo de transação, incluindo, sem limitação, a aprovação dada pelos órgãos antitruste brasileiro (Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE) e colombiano (Superintendência de Industria y Comercio – SIC), além de determinadas metas financeiras e operacionais. Até que se obtenha as referidas autorizações e o cumprimento de demais condições precedentes ao fechamento, a controlada indireta Algar TI continuará operando de forma independente e no curso normal dos negócios. A Controlada indireta Algar Tecnologia e Consultoria S.A., detentora da "torre de negócios" CX - *Customer Experience* (*Call Center*) não faz parte da transação.

DIRETORIA:
Luiz Alexandre Garcia - Diretor Presidente
Caio Augusto Garcia - Diretor
Tassio Alexandre Garcia - Diretor
CONTADORA
Elena Maria Nunes - CRC-MG 089.587/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmos Srs.
Diretores e quotistas da **LUAR BR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A**
Uberlândia – MG

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações financeiras da LUAR BR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas" a seguir, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LUAR BR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas - *Inversão fixa* - Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5 (e), "Eventos ocorridos em 2023", às demonstrações financeiras, em janeiro de 2024, foi instaurado um Comitê Especial pelos órgãos de governança da Algar Telecom S.A., controlada indireta da investida Árvore S.A. Empreendimentos e Participações, para apuração de denúncia relacionada a potenciais equívocos no processo de reconhecimento de ativo imobilizado. Com a realização dos trabalhos, a Administração da Algar Telecom S.A. identificou a deterioração de determinadas atividades de controles internos relacionadas ao reconhecimento e à mensuração das adições ao ativo imobilizado e transferências para as rubricas definitivas ocorridas no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Na data de aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os trabalhos e as análises relacionadas a esse assunto encontram-se em andamento pela Administração da Algar Telecom S.A., que registrou uma provisão para perda no montante de R$73.000 mil, com base nas informações disponíveis. Neste contexto, a Administração não disponibilizou documentação suporte e demais evidências necessárias para que os procedimentos de auditoria pudessem ser executados e uma conclusão sobre a suficiência ou não da provisão pudesse ser alcançada. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se registrar ou não, ajustes na participação societária da Companhia na controlada Luar Participações Societárias S.A., na data-base de 31 de dezembro de 2023. *Ativo de direito de uso – arrendamento* - A Administração Algar Telecom S.A., controlada indireta da investida Árvore S.A. Empreendimentos e Participações, identificou, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a deterioração de determinadas atividades de controles relacionadas ao reconhecimento e mensuração dos ativos de direito de uso, registrados pelos montantes de R$837.171 mil, líquidos de depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2023.Na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Algar Telecom S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os trabalhos e análises relacionadas ao reconhecimento e à mensuração dos ativos de direito de uso encontram-se em andamento pela Administração, que registrou um ajuste no montante de R$47.493 mil, com base nas informações disponíveis. Neste contexto, a Administração não disponibilizou documentação suporte e demais evidências necessárias para que os procedimentos de auditoria pudessem ser executados e uma conclusão sobre a suficiência ou não do ajuste registrado pudesse ser alcançada. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se registrar ou não, ajustes na participação societária da Companhia na controlada Luar Participações Societárias S.A., na data-base de 31 de dezembro de 2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantida de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 24 de maio de 2024

VAZ & MAIA Auditores Independentes

VAZ &MAIA Auditores Independentes
CRC-MG 503
Antônio Hilário Maia
Contador CRCMG 39.822

MUDANÇAS NA LEI S.As

Nova legislação

A Lei das Sociedades por Ações (lei 6.404/76), que ordena as publicações legais pelas empresas, foi reformada e atualizada pela Lei 13.818/19, pela LC 182/2021, pela IN DREI 112 e por uma Retificação desta mesma IN.

Agora, a lei obriga também as sociedades anônimas de capital fechado com receita bruta anual de até R$ 78 milhões, que haviam sido dispensadas da publicação pela LC 182 (aprovada em 1º de junho de 2021), a realizarem suas publicações em jornais de grande circulação (versões impressa e digital), documentos indicados nos incisos I, II e III do art. 133 da Lei 6.404/76, quais sejam:

I - O relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;
II - A cópia das demonstrações financeiras;
III - O parecer dos auditores independentes, se houver.

Outra novidade da lei 13.818/ 2019 é a dispensa das publicações na impressa oficial - Diário Oficial da União, diários oficiais do DF e dos Estados.

Dispensa das S.As com patrimônio líquido de até R$ 10 milhões foi revogada; agora elas também são obrigadas a publicar. Importante observar que está mantida a revogação, pela LC 182 (Lei das Startups, aprovada em 1º de junho de 2021), das disposições da Lei 13.818/19, que dispensava a publicação em jornal de demonstrações financeiras, convocações de assembleias gerais, entre outros atos societários, as sociedades anônimas com patrimônio líquido de até R$ 10 milhões (até a data das demonstrações) e com menos de 20 acionistas, de forma que também estas S.As seguem obrigadas a publicar os mesmos documentos.

Esteja em conformidade com a lei, publique seu balanço no único jornal impresso de Uberlândia e jornal digital de grande circulação da região: Diário de Uberlândia